Entrevistas

DOI: https://doi.org/10.34619/vqed-hole

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal
zassis@fcsh.unl.pt



Luisa Ribeiro Lopes

ZAMIRA DE ASSIS*

Ela acredita que inclusão digital é também inclusão social. Uma mulher determinada que, como a sua maior referência pessoal, a avó paterna, defende que nunca devemos deixar que alguém nos diga o que é que devemos fazer se estivermos muito focadas em determinado objetivo; afinal, uma mulher pode fazer o que quiser, desde que o faça de forma competente.

Na edição de *Faces de Eva* cuja estampa homenageia a escritora e matemática Ada Lovelace, reconhecida por ter escrito o primeiro algoritmo para ser processado pela máquina analítica de Charles Babbage, conversei com Luisa Ribeiro Lopes, Presidente do Conselho Diretivo do .PT,

entidade responsável pela gestão do domínio de topo nacional de Portugal, e Coordenadora-Geral do INCoDe.2030, uma iniciativa governamental para desenvolver as competências digitais no país.

Luisa Ribeiro Lopes licenciou-se em Direito e desde cedo o seu percurso profissional a levou a ter muito contacto com o mundo digital quando este ainda estava no seu início, o que lhe permitiu aliar a formação jurídica às questões do digital. E foi a sua formação jurídica que a levou para o .PT, justamente quando as regras digitais deixam de ser predominantemente técnicas.

O momento desta entrevista é marcado pelo gradual levantamento das restrições provocadas pela pandemia do coronavírus, dentre as quais a exigência de distanciamento físico; no entanto, optámos por realizá-la via teleconferência, não por acaso a ferramenta de tecnologia comunicacional que alterou significativamente a forma como interagimos uns com os outros, ao mesmo tempo que impôs novos desafios para a associação presidida pela entrevistada.

Que memórias mais marcantes guarda da sua trajetória profissional, e como descreve a sua experiência à frente do .PT e do INCoDe.2030?

Tive um percurso profissional muito diverso, coisas que me marcaram bastante e que me levaram a optar por essa área do digital. Em 1997 estava eu a trabalhar na empresa de eletricidade dos Açores, e desenvolvemos um projeto de escritório eletrónico, que juntou a área das TIC com a área do Direito; e eu fui a pessoa que fez a parte da regulamentação e a parte normativa. Foi muito marcante e foi dos projetos mais interessantes que me fizeram depois caminhar nesse sentido. Também ainda antes do ano 2000, em 1998, tive o prazer de trabalhar com o Governo Regional dos Açores e fizemos um projeto que era Açores Região Digital, que fez uma diferença muito grande no que é hoje a Região Autónoma dos Açores e o que era antes disso. Esses foram os dois projetos que mais me marcaram.

Depois, obviamente o mais marcante terá sido a constituição da entidade que gere os domínios de Portugal na internet, o .PT. Ter estado na criação e hoje ser presidente do .PT é para mim a maior concretização em termos profissionais. E há uma passagem que me marcou bastante, que foi a atribuição pelo .PT do primeiro prémio à "Jovem Aluna .pt". Todos os anos atribuímos um prémio à rapariga que desenvolver a melhor app no âmbito

do projeto "apps for good". E a primeira de todas foi uma emoção, ainda hoje acompanho a aluna, ela já é finalista do Instituto Superior Técnico e provavelmente escolheu as áreas TIC por causa disso. Esse foi um momento muito marcante em termos profissionais.

Quando constituímos o .PT, a associação que hoje gere o domínio de topo, havia cerca de 400 000 domínios .pt e hoje há mais de 1 500 000, o que significa que mais do que triplicámos o valor. Nos últimos anos temos estado no top3 dos domínios europeus que mais crescem, somos uma referência hoje em Portugal; por isso acho que os números e o reconhecimento falam por si. Em termos do INCoDe.2030, fazer com que as competências das cidadãs e dos cidadãos de Portugal fiquem ao nível dos maiores países da Europa é um desafio enorme.

O que realmente significa falar em "transição digital" e "inclusão digital"?

Esse é o nome da Secretaria de Estado que nós temos, a Secretaria de Estado para a Transição Digital, que foi criada no âmbito deste governo, mas gostamos mais de falar em transformação digital do que propriamente em transição digital. Fazer uma transformação digital é tornarmos todas e todos, profissões que sejam digitais e profissões não digitais, mais digitais, para conseguirmos ter uma capacidade e uma resiliência que a sociedade ainda não tem, mas que estaremos perto de atingir se formos mais digitais. Aliás, no âmbito da pandemia, um estudo publicado em 2020 pelas Nações Unidas dizia que as sociedades mais digitais foram aquelas que tiveram maior capacidade de resistência aos efeitos nefastos da pandemia na economia, porque as pessoas tinham maior possibilidade de continuar a produzir e a trabalhar porque tinham competências digitais; e isso em várias áreas, como a educação, a formação, a inclusão, a requalificação, as empresas e a administração pública. Ao fazermos essa transformação digital, essa transição digital, estamos a potenciar o crescimento económico – é isso basicamente o que significa transição digital.

Inclusão digital significa trazer para dentro do digital aqueles que estão excluídos.

Efetivamente em Portugal temos ainda um problema grave de capital humano com poucas competências digitais; esse é um problema que temos de enfrentar, por isso existe o INCoDe.2030. O eixo 'um' da transição digital

do programa do governo é dedicado às pessoas, porque nós estamos, em termos de capital humano, mal posicionados se comparados com outros países desenvolvidos. Temos um número ainda muito elevado de excluídos digitais e precisamos acelerar essa capacitação. E neste momento, em uma sociedade tão digital, os excluídos digitais são também excluídos sociais, pois começam a ter graves problemas de exclusão social, em termos de emprego, e mesmo em termos de socialização, o que é gerador de pobreza. E quando existe pobreza existe menor educação, menor inclusão e graves problemas sociais; portanto, temos de incluir rapidamente aqueles que são excluídos do digital.

Qual o ponto da situação de Portugal no que se refere a competências digitais, comparativamente a outros países da UE?

Existe um índice chamado DESI (Digital Economy and Society Index, 2016-2021) que apura indicadores sobre o desempenho digital da Europa e acompanha o progresso dos países da UE com base em cinco dimensões da digitalização da sociedade e da economia: conectividade, capital humano, utilização de serviços de internet, integração das tecnologias digitais e serviços públicos digitais. Em termos de conectividade e utilização da internet – o número de acessos –, Portugal está muito bem posicionado. Também quanto aos serviços públicos digitais, Portugal está até muito acima da média da União Europeia. Temos serviços públicos digitais muito bons, e a própria economia e as empresas também não estão mal a esse nível.

Mas depois existe uma dimensão que se chama capital humano, e aí estamos com números preocupantes, que têm de ser rapidamente alterados. Em pouco tempo saberemos os números relativamente ao último ano, e provavelmente já teremos valores mais convergentes, mas ainda assim há um trabalho muito grande a fazer. Cerca de 18% da nossa população nunca tinham utilizado a internet, o que é preocupante, e mesmo entre aqueles que a utilizam, só 40% têm uma utilização mais sofisticada; o resto são competências muito básicas. Deste número de excluídos digitais mais de 60% são mulheres; elas utilizam menos a internet porque o fazem quando não têm de trabalhar, e como têm menos tempo livre do que os homens – é a sociedade do cuidado – não fazem a mesma utilização que eles. A pandemia agudizou ainda mais esta situação, portanto, a capacitação digital tem de voltar os olhos para as questões de género.

De que forma o INCoDe.2030 e o .PT contribuíram para a gestão da pandemia da covid-19, e quais são os próximos desafios nessa dimensão?

Relativamente ao .PT, tivemos um processo muito interessante, um crescimento exponencial do registo de domínios porque os pequenos negócios que não tinham domínio na internet ficaram de repente sem acesso físico aos seus clientes e digitalizaram-se. Demos apoio a muitas organizações sem fins lucrativos, a muitos projetos governamentais que estavam focados precisamente em garantir que as pessoas tinham informação suficiente. Logo no início da pandemia, fomos chamados a dar apoio a imensos projetos de organizações não governamentais, como o Banco Alimentar e a Associação Entrajuda.

Relativamente ao INCoDe.2030, nós temos o projeto Escola Digital, em que é necessário que todos os alunos tenham computadores para poderem aceder às aulas digitais, e doámos imensos equipamentos aos alunos que não os tinham. O que nós queremos fazer, e vamos fazer, é dotar as cidadãs e os cidadãos com mais competências digitais para os tornar mais resilientes a situações como estas. Não é por acaso que o plano se chama Recuperação e Resiliência, no fundo as sociedades têm de ser resilientes a estas situações, que vão acontecer no futuro muito mais vezes do que aconteceram no passado.

Sem dúvida, a pandemia tornou mais evidente a nossa dependência do digital. Também é verdade que tirou o véu das desigualdades sociais, de género e de oportunidades. Ficou muito mais evidente, por exemplo, que as mulheres trabalham muito mais horas do que os homens, que o cuidado com os filhos em casa é muito maior para as mulheres do que para os homens, e que a própria digitalização foi feita de forma diferente em termos de género, em termos sociais e em termos de oportunidades; mas também nos deu uma chance única de mudar esse estado de coisas.

Que dificuldades já superou e que dificuldades ainda encontra na promoção da Inclusão Digital?

As maiores dificuldades que temos é chegar a todas e a todos que são excluídos digitais. A exclusão digital é uma exclusão social também, porque são as pessoas mais carenciadas, com menos educação, aquelas que residem distantes

dos grandes centros, as mulheres e os mais velhos que estão excluídos do digital. O INCoDe.2030 tem um projeto emblemático que se chama "Eu sou digital", que tenta trazer um milhão de portugueses para a internet, em parceria com os institutos de emprego e formação profissional, o Instituto Português de Desporto e Juventude, a RUTIS (Rede de Universidade de Seniores), as juntas de freguesia, centros da DECO, Santas Casas, Casas do Povo. Estamos a tentar chegar onde essas pessoas estão, juntamente com os nossos parceiros e utilizando 30 000 voluntários, a que chamamos mentores. Portanto qualquer um de nós pode ser voluntário, receber formação e "adotar" alguém para trazer para o digital. É um projeto de três anos e visa trazer um milhão de portuguesas e portugueses para o digital. Esperamos trazer mais mulheres do que homens como forma de equilibrar a situação atual.

Uma das preocupações associadas ao uso de tecnologias digitais diz respeito à exponencial propagação de falsas notícias, a realidade paralela das redes sociais, entre outros perigos. Como a entidade que representa avalia essa questão?

Relativamente ao INCoDe.2030, nós acompanhamos de perto a Estratégia Nacional de Cibersegurança, que é liderada pelo Centro Nacional de Cibersegurança em Portugal, e que está muito preocupado com estas questões. Eu costumo dizer que, quanto maior a capacitação digital e quanto mais competências avançadas tivermos, melhor lidamos com os perigos da internet. Isto porque, como em tudo, antes de haver digital havia situações de perigo e as pessoas com maior educação, com mais informação, eram aquelas menos sujeitas aos perigos. A mesma coisa se passa no mundo digital: as pessoas com maiores competências, aquelas que têm maior educação digital, são aquelas que depois lidam melhor com todas essas situações que refere, que são situações não só de segurança, mas também de confiança nas transações digitais que se fazem hoje com recursos à internet. Saberemos distinguir a informação que nos chega se tivermos maior literacia, e não só digital. Uma vez, numa conferência para jovens do 12.º ano, perguntaram-me o que é que haviam de fazer para garantir que sabiam distinguir [o que era *fake news* do que não era]. Eu respondi: leiam livros, não usem só a internet, leiam livros, quem lê tem maior capacidade de distinguir o que é verdade do que não é. A educação está na base de tudo.

Como e quando surgiu o seu interesse pelas questões de género?

Eu diria que esse interesse sempre existiu. Não me lembro de não ter essa preocupação, e quando comecei a desempenhar funções na área das TIC fiquei muito inquieta pelo facto de só ter homens, e de olhar para as grandes empresas tecnológicas, na altura, há mais de vinte anos, e não haver líderes femininos nestas empresas. Hoje já existem alguns casos, e ainda bem que existem, mas são muito raros. Nós continuamos a ir a fóruns digitais e tecnológicos em que a maioria dos participantes são homens, e isto tem-me inquietado muito. Por isso comecei a trabalhar nessa área, e por isso estou a fazer um doutoramento em estudos de género, precisamente para, numa primeira fase, tentar encontrar uma explicação em termos científicos e, num segundo momento, estar apta a influenciar as políticas públicas. Foi, portanto, desde sempre que me interessei pelas questões de género, e sobretudo quando comecei a trabalhar na área do digital.

Nas suas relações profissionais, encontrou dificuldades especiais por ser mulher?

Claro, a primeira mulher que me diga que não [encontrou dificuldades], acho que não refletiu bem, pois todas nós encontramos esses obstáculos. E num mundo altamente masculinizado como é o mundo tecnológico e digital eu diria que tive de me esforçar três ou quatro vezes mais do que os meus colegas para chegar onde cheguei.

Diria que os homens e as mulheres participam do mesmo modo no mundo digital?

Inicialmente diria que durante muitos anos a comunidade científica acreditou que diferenças [biológicas] nos cérebros das mulheres e dos homens faziam com que escolhessem diferentes áreas de estudos e depois de profissão. Hoje em dia isto está a ser desconstruído, porque sabe-se cientificamente que essas diferenças não existem, ou não existem de maneira significativa e muito menos determinista. Gina Rippon (2016), uma neurobiologista e feminista britânica, explica que os nossos cérebros têm uma

grande plasticidade e se adaptam ao longo da vida conforme a nossa exposição a tipos específicos de experiências de aprendizagem.

Assim, não é a anatomia do cérebro que determina que o género feminino tem competência em uma área do conhecimento e o género masculino em outra, ou que homens e mulheres sejam mais ou menos competentes.

A professora Anália Torres (2006) faz referência às descobertas científicas da Gina Rippon (2016) e a essa plasticidade do cérebro para explicar como as nossas escolhas são influenciadas por fatores sociais de ordens variadas.

No que diz respeito às profissões TIC, em termos europeus, só 18% do emprego TIC são desempenhados pelas mulheres, e em Portugal só 14%, portanto uma diferença muito acentuada. O mesmo se passa depois, no ensino superior, em que nas áreas puramente tecnológicas, naquelas áreas mais TIC, a desproporção entre homens e mulheres continua a ser gritante, o que se irá refletir no mercado de trabalho.

Há ainda um outro fenómeno: mesmo nas profissões que não são TIC, mas onde se utiliza o digital, as mulheres utilizam-no da mesma forma que os homens enquanto estão a trabalhar. Mas, como disse antes, fora do ambiente de trabalho, a utilização que é feita pelas mulheres é menor porque elas têm menos tempo livre.

De que modo as tecnologias digitais podem contribuir para promover a igualdade de género? O que tem sido feito nesse sentido, e o que falta fazer?

Tem-se consciência da desigualdade existente em termos de profissões TIC, e em termos do número de profissionais TIC, relativamente a homens e mulheres, tanto em Portugal quanto na Europa, e não se pode desperdiçar metade do talento, o que significa que temos de trazer mais mulheres para a tecnologia. Essa consciência existe e existem políticas públicas. Por exemplo, na bússola digital europeia o primeiro ponto cardeal diz respeito à questão da necessidade de trazer mais mulheres para a tecnologia. Todas as políticas públicas em Portugal que estão neste momento a ser traçadas na área do digital têm a questão de género em termos transversais.

É importante referir que Ursula Von der Leyen, que é Presidente da Comissão Europeia e é feminista, é uma mulher que tem consciência da importância de trazer mais mulheres para esta área. E diria ainda que

em Portugal o *mindset* da governação neste momento é muito favorável a fazermos coisas neste âmbito. Nós temos uma ministra como Mariana Vieira da Silva, ou a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, que estão muito focadas na questão do digital e em trazer mais mulheres para o digital. Temos uma deputada europeia como a Maria Manuel Leitão Marques que tem feito um trabalho muito grande nessa área, e temos homens também muito aliados, como o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, ou o Secretário de Estado da Transição Digital, André de Aragão Azevedo, que sabem que este é um ponto fulcral. Há muita coisa que já foi feita e ainda muita coisa por fazer; enquanto tivermos esses números, temos tudo ainda por fazer.

Teria um especial conselho para as/os jovens que se preparam para ingressar nessa área de atuação?

Eu não gosto muito de dar conselhos, acho que todas e todos os jovens devem ingressar nas áreas que mais os entusiasmem, certos de que vão ter de aprender ao longo de toda a vida. Aquilo que nós fazemos hoje vai ser completamente diferente daqui a dez anos; portanto vão ter de aprender e nunca parar de aprender, nunca devem deixar de estar entusiasmados por aquilo que fazem, porque a única forma de fazermos bem feito o que fazemos é fazermos aquilo de que gostamos e em que acreditamos.

Já foi entrevistada muitas vezes. Há alguma questão que nunca lhe foi apresentada e que gostaria de colocar?

É verdade, já me fizeram imensas perguntas. O que eu gostava daqui a dez anos mais ou menos, em 2030, é voltar a ser entrevistada e perguntarem-me se valeu a pena este percurso e eu pudesse dizer que sim, e tivesse números para demonstrar que conseguimos fazer um caminho de trazer muitas mulheres para as áreas TIC e nessa altura já não termos um problema de exclusão digital em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Rippon. G. (2016). The trouble with girls? *The Psychologist*, *29*(12), 918-922.

European Union. (2016-2021). *Shaping Europe's digital future: Digital economy and society index (DESI) Portugal*. https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/desi-portugal

Vala, J., & Torres, A. (Orgs.). (2006). *Contextos e atitudes sociais na Europa* [Social contexts and attitudes in Europe]. Imprensa de Ciências Sociais.

Aceite para publicação/Accepted for publication: 29/10/2021